



2017

ISSN: 2359-6597

IDEALISMO TRANSCENDENTAL DE KANT: O ESPAÇO E TEMPO COMO FORMAS *A PRIORI* DA INTUIÇÃO

Ronaldo dos Santos Ribeiro*

Ananias Fernane Neto**

Filipe Gomes de Freitas***

Resumo: O presente trabalho visa entender o idealismo transcendental, uma designação que Kant deu a sua própria posição em relação à teoria do conhecimento. Quando nos referimos a transcendental, referimo-nos a intuições da própria razão que são anteriores e mais fundamental do que aquilo que foi experimentado, ou seja, do que as experiências empíricas. O termo transcendental trata-se da apresentação das condições de possibilidade da experiência empírica, tais condições são *a priori*, as quais são formas puras da sensibilidade que tem como finalidade, possibilitar o conhecimento. O espaço e tempo são elementos que fazem parte do ser humano e não está fora dele, trata-se de condições subjetivas de sua intuição. Tanto o espaço, quanto o tempo, são pressupostos para que o conhecimento possa ser possível na razão humana; isto é, para que a experiência sensível aconteça e assim, possa conduzir ao entendimento os elementos necessários, garantindo a conceptualização dos materiais conhecíveis. Espaço e tempo não devem ser compreendidos apenas como relações qualitativas. Ou seja, a diferença entre a localização dos objetos no espaço, ou a diferença entre os objetos serem concomitantes ou sucessivos no tempo, não são diferenças apenas qualitativas das coisas na experiência.

Palavras-chave: Idealismo. Kant. Epistemologia. Espaço. Tempo.

Introdução

Kant apresenta em sua obra a *Crítica da Razão Pura* alguns elementos que estão em nossa intuição, os quais são fornecidos pela sensibilidade; são estes elementos que possibilitam o pensamento e deste pode-se extrair os conceitos. Além das intuições sensíveis, há na razão, formas que possibilitam a apreensão dos dados sensíveis, as quais são realidades

* Graduado em História pela Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. E acadêmico do Quarto Semestre de Filosofia da Faculdade Palotina – FAPAS. E-mail: roh_rib@hotmail.com

** Graduado em filosofia pela Faculdade Palotina - FAPAS e graduando do sexto semestre de teologia da mesma faculdade. E-mail: fernaneneto@hotmail.com.

*** Acadêmico do sexto semestre de filosofia da Faculdade Palotina – Fapas. E-mail: filipe.sh.freitas@gmail.com

a priori, determinadas independentes das sensações, as quais possibilitam com que, por meios dos dados sensíveis, presentes no homem, haja o processo de conhecimento e assimilação do objeto; são estas realidades as formas puras da razão, o espaço e tempo.

Espaço e tempo são condições anteriores à experiência que possibilitam que estas ocorram. Veremos no decorrer do trabalho que a Estética Transcendental é a doutrina que estuda os dados da sensibilidade através da intuição.

A partir da problemática de como é possível juízos sintéticos *a priori*, os quais tratam da necessidade e universalidade, teremos os seguintes objetivos:

Apresentar uma breve síntese sobre o idealismo transcendental; analisar a realidade de tempo e espaço como formas puras da sensibilidade; identificar os ramos do conhecimento e apresentar o conceito da estética transcendental: espaço e tempo, onde se analisará os pressupostos para que se entenda a teoria do conhecimento em Kant.

1 Estética transcendental

Quando referimos ao termo transcendental, não podemos esquecer que Kant lançou em sua obra *Crítica da Razão Pura*, as bases para a edificação de uma filosofia transcendental. É através desta edificação que ele apresenta um problema com a seguinte pergunta: como são possíveis juízos sintéticos *a priori*?

O termo transcendental trata-se da apresentação das condições de possibilidade da experiência empírica, tais condições são *a priori* (espaço e tempo), ou seja, são elementos que possibilitam o conhecimento.

Segundo DALBOSCO, (1997, p.122) Kant traz uma afirmação em sua obra, dizendo que a fundamentação de sua filosofia teórica é o idealismo transcendental, fazendo uma defesa a esta tese que o conceito de condição epistêmica é o meio para que o idealismo seja compreendido, trata-se de uma teoria defensável além de interessante e valiosa.

Kant chama de transcendental a investigação com a qual ele responde à tríplice pergunta sobre a possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*. Este conceito central para a crítica da razão pura está exposto “parcialmente a mal-entendidos horríveis”. Do mesmo modo que “transcendente” e “transcendência”, o termo “transcendental” pertence ao verbo latino “transcendere” que literalmente significa “ultrapassar um limite”. Se os termos “transcendente” e “transcendência” sugerem um mundo além do nosso mundo da experiência, Kant refuta a ideia segundo a qual o “além”, o mundo supra-sensível, seja algo objetivo para o qual possa haver um conhecimento válido no âmbito do teórico (HÖFFE, 2005, p. 58).

Quando abordamos a estética transcendental, entramos nas formas puras da sensibilidade (espaço e tempo). Esta sensibilidade é uma capacidade de receptividade e que está relacionada à intuição. Trata-se do que possibilita um contato imediato com o objeto; sem este, não há percepção, ou seja, a sensibilidade faz com que ocorra a passagem das informações contidas no objeto para o entendimento; é a partir do entendimento que os objetos são pensados e dele se originam conceitos; pois são as intuições puras que conferem a possibilidade de que se possa conhecer mediante experiências empíricas.

A capacidade (receptividade) de receber representações através do modo como somos afetados por objetos denomina-se sensibilidade. Os objetos nos são dados, assim, por meio da sensibilidade, e apenas ela nos fornece intuições; eles são pensados, porém, por meio do entendimento, e deste surgem os conceitos (KANT, 2013, p. 71).

Dentro do idealismo transcendental temos dois ramos do conhecimento, a sensibilidade e o entendimento, refere-se a duas palavras que tem o mesmo peso e uma depende da outra; no conhecimento as sensações não são simplesmente reproduzidas, mas são elaboradas, ordenadas e reunidas de acordo com regras no sentido lógico, afirmações ou enunciados.

A sensibilidade e o entendimento são distinguidos por Kant como faculdade cognitiva de nível inferior e superior. Segundo HÖFFE, (2005, p.66) paralelamente as três partes da lógica transcendental, a faculdade superior do conhecimento articula-se em entendimento no sentido estrito “conceitos”, faculdade de julgar “juízos” e razão no sentido estrito “conclusões”.

O próprio Kant afirma que não fundamentou a suposição de que há dois trocos do conhecimento humano, mas ele supõe que a sensibilidade e o entendimento talvez brotem de uma mesma raiz, na qual desconhecemos.

Espaço e tempo pertencem a duas esferas distintas. O espaço é a forma intuitiva do sentido externo, que nos fornece, através dos cinco sentidos, as impressões acústicas, óticas, gustativas..., enquanto o tempo pertence ao sentido interno com suas representações, inclinações e seus sentimentos. No entanto, o sentido interno tem primazia, já que toda representação dos sentidos externos é sabida pelo sujeito, sendo assim também uma representação do sentido interno. Consequentemente, o tempo é a forma de toda intuição, imediatamente da interna e mediante também da externa. Contudo a prioridade do tempo não é tão ampla que faça do espaço um subgênero ou possa ser substituído por ele (HÖFFE, 2005, p. 71).

1.1 Intuições *a priori*: espaço e tempo

O espaço e tempo é algo que faz parte do ser humano e não está fora dele, trata-se de condições subjetivas de sua intuição que é sensível a partir do momento que o objeto os afeta e em si quando está fora do sujeito não é nada.

Quando se refere a Espaço, o mesmo não se trata de um conceito empírico que foi consequente de experiências externas, mas uma representação *a priori* que é utilizado como fundamento a tudo aquilo que é intuições externas, ou seja, uma intuição pura e representada como uma grandeza infinita dada. O espaço possibilita com que se deem outros conhecimentos sintéticos *a priori*, como por exemplo, o conhecimento da geometria, esta está contida na noção de espaço.

Quando se refere ao tempo, segundo KANT (2013, p.79) é uma representação necessária que serve de fundamento a todas as intuições, sendo então um dado *a priori*, e tendo a mesma percepção de espaço, possibilitando princípios evidentes das relações do tempo. Princípios que são validos como as únicas regras sob as quais são possíveis as experiências em geral, e nos instruem antes dela, não por seu próprio meio, ou seja, o tempo não é uma mera ideia.

O tempo é responsável de prever ao ser humano e a seu estado interno, não podendo ser uma determinação de fenômenos externos, mas que possibilita a apreensão destes fenômenos de modo organizado e não como caos.

O tempo é tão somente, portanto, uma condição subjetiva de nossa (humana) intuição (a qual é sempre sensível, isto é, na medida em que somos afetados por objetos), e em si mesmo, fora do sujeito, nada é. (KANT, 2013, p.82).

O questionamento que podemos fazer é como, para solucionar o problema geral da filosofia transcendental, são possíveis juízos sintéticos *a priori*?

Segundo Kant, (2013, p.95) é apresentado uma das partes exigidas para a solução deste problema, pois, intuições puras *a priori*, o espaço e o tempo, nos quais encontramos, quando o individuo quer ir além do conceito dado em juízos *a priori*, aquilo que pode ser descoberto *a priori* não no conceito, mas certamente na intuição que lhe responde, e ser a ele ligado sinteticamente – juízos estes, contudo, que por essa mesma razão não alcançam jamais além dos objetos dos sentidos e só podem valer para objetos da experiência possível.

O espaço é a condição objetiva para se chegar ao conhecimento de uma realidade (determina *a priori*, os fenômenos externos); o tempo, por sua vez, é condição formal para a mesma possibilidade do conhecimento (determina *a priori*, os fenômenos externos e internos).

Tanto o espaço, quanto o tempo, são pressupostos para que o conhecimento possa ser possível na razão humana; isto é, para que a experiência sensível aconteça e assim, possa conduzir ao entendimento os elementos necessários, garantindo a conceptualização dos materiais conhecíveis. Portanto, espaço e tempo não derivam nem da experiência, nem do próprio entendimento, mas são anteriores a estes.

Espaço e tempo não devem ser compreendidos apenas como relações qualitativas. Ou seja, a diferença entre a localização dos objetos no espaço, ou a diferença entre os objetos serem concomitantes ou sucessivos no tempo, não são diferenças apenas qualitativas das coisas na experiência.

Podemos então afirmar que, a razão consegue abstrair os elementos fenomênicos porque possuem em sua estrutura as realidades: espacialidade e temporalidade. Por este motivo e que podemos afirmar que espaço e tempo são representações *a priori* e não empíricas; são intuições e não meramente conceituações.

Conclusão

Como vimos no início deste trabalho o idealismo transcendental de Kant tinha como objetivo justificar a possibilidade de conhecimento, que apesar de se fundamentar na experiência, nunca ocorre de maneira neutra, e sim exige uma forma *a priori* dos dois troncos do conhecimento, a sensibilidade (espaço) e o entendimento (tempo), que são característica da aprendizagem humana.

Chegamos à conclusão também que o espaço e tempo são formas *a priori* da sensibilidade ou intuições puras, ou melhor, é a realidade característica em que o espírito percebe as coisas e onde estas podem ser conhecidas.

Espaço é o sentido externo e o tempo, sentido externo e interno, ou seja duas formas puras das intuições sensíveis em geral, Isto explica que a percepção é organizada abaixo das formas da espacialidade e temporalidade, a partir do momento que se tem a representação de um objeto, é representação de algo dado nas duas formas puras da intuição (espaço e tempo).

Espaço e tempo não são objetos que possam ser entendidos como independentes ao sujeito, podendo assim, afetar a sensibilidade e produzir um conceito. Espaço e tempo são

intuições a priori que possibilitam com que os objetos sejam representados como tendo forma espacial e temporal.

Há diferenças entre os conhecimentos *a priori* e para entender melhor é necessário distinguir os juízos entre analíticos e sintéticos. Quando falamos de conhecimentos analíticos, referimos a um juízo que esclarece um conceito sem qualquer novidade, como por exemplo, dizer que todos os corpos são extensos. Os corpos tem seu tamanho específico e nada é acrescentado de novo.

No conhecimento sintético trata-se de um juízo que acrescenta algo a um conceito concebido por um individuo como, por exemplo, dizer que este corpo é pesado, ou seja, foi acrescentado um predicado que denominamos de juízo sintético *a priori*, ou seja, concluímos o presente trabalho dizendo que a intuição é pura e a síntese é *a priori*.

Referências

DALBOSCO, Cláudio Almir. **O idealismo transcendental de Kant**. Passo Fundo: Universitária, 1997.

HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. Traduzido por Christian Viktor Hamm e Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes; 2005

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Traduzido por Fernando Costa Mattos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Traduzido por António Pinto de Carvalho. São Paulo: Companhia editora nacional (CEN), 1964. v. 1.